

**A EXCELENTÍSSIMA SENHORA ANILCÉIA LUZIA MACHADO,
CONSELHEIRA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL.**

Ref. CONCORRÊNCIA N° 01/2024/SEMOB/DF

Processo Administrativo SEI N° 00090-00021800/2023-33

A Excelentíssima Senhora **PAULA MORENO PARO BELMONTE**, brasileira, casada, graduada, Deputada do Distrito Federal pela federação PSDB Cidadania (PSDB/CIDADANIA), devidamente inscrita no CPF/Identidade n° 578.671.001-72, filha de AURORA MORENO PARO / LUIZ ANTONIO PARO, domiciliada na Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa, Brasília – DF, CEP: 70.094-902, por conduto de seus advogados o Dr. ANDRÉ MONORI MODENA, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/DF 47.921, e a **MONORI SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita na OAB/DF sob o n° 2952/16 e no CNPJ sob o n° 26.170.821/0001-60, com endereço profissional sito à SGAS 902, lote “74”, bloco B, salas 123/124, Ed. Athenas, Asa Sul, CEP: 70390-020 701 – Brasília/DF, Fones: (61) 3041-5998/5970, sítio oficial monori.com.br, e e-mail de correspondência julia@monori.com.br, vem apresentar para vossa apreciação a presente **REPRESENTAÇÃO** em desfavor do DISTRITO FEDERAL, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o n°. 00.394.601/0001-26, na pessoa de seu representante legal, o Procurador-Geral do Distrito Federal, estabelecido no SAM Bloco “I”, Edifício Sede, Setores Complementares, Brasília – DF, CEP: 70.620-090, e-mail: procuradoria@pg.df.gov.br, fundado nos seguintes fatos e fundamentos jurídicos que passa a expor.

I. DA LEGITIMIDADE AD CAUSAM

1. Inicialmente cumpre destacar que é cabível no presente caso a Representação, nos termos do inc. III do art. 230 da Resolução n° 296, de 15 de setembro de 2016 (Regimento Interno do TCDF), conforme e caput do art. 164 e ainda alínea ‘e’, inciso II do art. 165 e §§ 4° do art. 170 da Lei Federal n° 14.133/2021, firmando assim o inquestionável juízo de admissibilidade.
2. Nestes termos, estando presente todos os requisitos legais, cabe à Corte a apreciação da presente Representação.

II. DA SINOPSE (EMPENHO DO CASO)



3. Em 19 de abril de 2024 a Agente de Contratação da Secretaria de Transporte e Mobilidade do DF por meio do SEI nº 00090-00021800/2023-33, acostou os documentos de Habilitação do **CONSÓRCIO URBANÍSTICO PLANO PILOTO**, composto de 651 folhas distribuídos em 08 arquivos, que identificamos como DOCUMENTOS (**Doc. 04 a Doc. 011**).

4. Em detalhada análise, identificamos a inabilitação do **CONSÓRCIO URBANÍSTICO PLANO PILOTO**, por conduto dos documentos de habilitação econômica da sociedade limitada **BELAVIA COMERCIO E CONSTRUÇÕES LTDA**, CNPJ/MF nº 10.855.985/0001-90.

III. DOS FUNDAMENTOS JURÍDICO

5. O item I da cláusula 17.11 do edital da CONCORRÊNCIA Nº 01/2024/SEMOB/DF, traz a seguinte redação:

Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos **2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei**. Que comprove a boa situação financeira da empresa, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices, oficiais, quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data da apresentação dos envelopes.

6. De acordo com a cláusula oitava do instrumento particular de alteração contratual da sociedade limitada **BELAVIA COMERCIO E CONSTRUÇÕES LTDA**. - CNPJ: 10.855.985/0001-90, nº 13 (treze), o término de seu exercício social é 31 de dezembro.

7. O art.1.078 do Código Civil determina que: *‘A assembleia dos sócios deve realizar-se ao menos uma vez por ano, nos quatro meses seguintes à ao término do exercício social (...)’*. Nestes termos, o prazo para apresentação da escrituração contábil é até o último dia de abril do ano seguintes, ou seja, a escrituração de 2023 tem como prazo abril de 2024.

8. De acordo com o *caput* do art. 5º da Instrução Normativa RFB nº 2.003, de 18 de janeiro de 2021, as empresas optantes pela Escrituração Contábil Digital - ECD: *‘deve ser transmitida ao Sistema Público de Escrituração Digital (Sped) até o último dia útil do mês de junho do ano subsequente ao ano-calendário a que se refere a escrituração.’*

9. Nestes termos, sociedade limitada **BELAVIA COMERCIO E CONSTRUÇÕES LTDA** transmitiu a Escrituração Contábil Digital – ECD em



21/05/2024 às 12:52:28 (**Doc. 012**), de tal forma que os dois **2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, é os exercício de 2022 e 2023.**

10. A sociedade limitada **BELAVIA COMERCIO E CONSTRUÇÕES LTDA** acostou aos autos da CONCORRÊNCIA N° 01/2024/SEMOB/DF, apenas a Escrituração Contábil Digital – ECD dos exercícios sociais de 2021 e 2022, de tal forma que houve o descumprimento do I da cláusula 17.11 do edital, erro material insanável;

11. É preciso destaque, que o edital da CONCORRÊNCIA N° 01/2024/SEMOB/DF extrapolou a legislação pátria, quando a redação do inciso I do art. 69 da Lei Federal nº 14.133, de 1 de abril de 2021, suprimiu a expressão **“já exigíveis e apresentados na forma da lei”** expresso no inc. I do art. 31 da Lei Federal nº 8.666/1993, revogada em 30 de dezembro de 2023, limitando-se a apresentação da escrituração contábil dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, ou seja, 2022 e 2023.

IV. DOS PEDIDOS

12. Diante do exposto, requer se digne de Vossa Excelência que:

12.1. Determinar a expedição do competente ofício, determinando que a autoridade coatora inabilite o **CONSÓRCIO URBANÍSTICO PLANO PILOTO**, pelos fatos insanável apresentado nesta petição;

12.2. Solicitamos o apensamento do presente aos autos do Processo nº 00600-00000291/2021-09-e, que tramita nesta egrégia Corte.

Termos em pede e espera deferimento.

Brasília/DF, na data da assinatura digital.

ANDRÉ MONORI MODENA
Advogado, OAB/DF 4792

